

ECONOMIA

Hidrogénio: entre o “arrojo” e a “destruição de recursos”

Opiniões dividem-se quanto às ajudas para desenvolver nova indústria. Plano do Governo aponta para 900 milhões de euros até 2030, entre apoio ao investimento e subsídios à produção

Energia
Ana Brito

Elogiada pela Comissão Europeia e arrasada por várias personalidades que se uniram num manifesto contra “a aventura” portuguesa no “hidrogénio verde” (no qual se incluem economistas, ex-governantes e especialistas em energia), a estratégia do Governo para desenvolver uma nova fileira industrial prevê a atribuição de 900 milhões de euros em apoios ao investimento e à produção até 2030.

Como ainda não há procura que permita “a aceleração robusta dos investimentos em produção”, o Estado ajudará a financiar os novos projectos com 400 a 450 milhões de euros provenientes do Portugal 2020 e do Portugal 2030 (com 40 milhões previstos já para este ano), explica-se no documento de estratégia nacional aprovado em Agosto.

Uma vez que o custo de produção do hidrogénio limpo será mais elevado que o do gás natural (que o hidrogénio visa substituir), o Governo propõe-se também a atribuir (por leilão), apoios de 500 a 550 milhões de euros do Fundo Ambiental aos produtores (uma média de 50 milhões/ano). O objectivo é cobrir a diferença de preços entre o “hidrogénio verde” e o gás natural, de modo a que as empresas tenham uma “remuneração adequada dos investimentos” e haja “neutralidade” para os consumidores”, que terão quotas de consumo.

Segundo a estratégia nacional, um quilo de “hidrogénio verde” está hoje ligeiramente acima dos três euros e o de gás natural não chega a 50 cêntimos — os preços só se tocarão perto de 2035, momento em que a tendência irá inverter-se, esperando-se que o preço do gás reflecta o aumento dos preços do carbono.

Nas contas da Comissão Europeia, os valores para cada quilo de “hidrogénio verde” oscilam hoje entre 2,5 e 5,5 euros. Mas Bruxelas diz que “os custos estão a descer rapidamente” e

que nas “regiões em que a electricidade renovável é barata, os electroliadores serão capazes de competir com o hidrogénio fóssil em 2030”.

Esse é, segundo o Governo, o grande trunfo português: a capacidade de produzir electricidade renovável (essencialmente solar) a baixo custo, que será usada na produção de “hidrogénio verde” por electrólise da água, tornando o produto final altamente competitivo. Assim, além do consumo interno para descarbonização da economia, à medida que for crescendo a capacidade de produção, também haverá exportação de hidrogénio a partir de Sines, para países industrializados como os Países Baixos. A assinatura de um acordo entre Portugal e os Países Baixos no hidrogénio foi anunciada no final do ano passado e, segundo assegurou ao PÚBLICO o Ministério do Ambiente e da Acção Climática, “está para breve”.

O Governo acredita que o país será capaz de mobilizar, na próxima década, entre sete e nove mil milhões de euros de investimento nas áreas da indústria, transporte e energia, e de criar entre 8500 a 12 mil empregos. No total, até 2030, espera-se que se instalem entre 2 e 2,5 Gigawatts (GW) de capacidade de produção, dos quais 1 GW no grande projecto de Sines, que irá envolver empresas como a EDP, a Galp, a REN, a Martifer e a Vestas.

A aposta no hidrogénio está longe de ser uma originalidade portuguesa (as metas da Comissão apontam para 6 GW de electroliadores até 2030 e 40 GW em 2030), mas o grau de ambição e a alocação de recursos prevista não são consensuais.

Para o professor catedrático do Instituto Superior Técnico Clemente Pedro Nunes, signatário do manifesto *Os erros da Estratégia Nacional para o Hidrogénio* e um dos rostos mais visíveis na oposição aos planos do Governo, subsidiar com fundos públicos tecnologias que ainda não são comercialmente viáveis é “pura destruição



O secretário de Estado, João Galamba, diz que “está para breve” a assinatura de um acordo com os Países Baixos

“
Os apoios podem ser equacionados quando está em causa a urgência da neutralidade carbónica

Júlia Seixas
Professora da Nova

de recursos económicos”.

Mas há também quem considere que os apoios financeiros devem ser equacionados quando está em causa “a urgência da neutralidade carbónica”. É o que diz Júlia Seixas, professora da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e coordenadora do trabalho técnico dos cenários usados pelo Governo no *Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050)*.

Embora considere que a electrificação renovável é “a opção mais custo-eficaz para se atingir a neutralidade”, especialmente em países que têm muito vento e sol, Júlia Seixas,

concorda que, em alguma indústria intensiva, no transporte de mercados rodoviário e marítimo, e na aviação, o hidrogénio renovável “pode ser uma opção viável”.

Como “a história tem mostrado que as novas vagas tecnológicas devem ser apoiadas, como estratégia para acelerar o custo-eficácia da tecnologia”, os apoios ao hidrogénio devem ser ponderados na “medida concreta” em que tenham “retorno positivo na economia portuguesa”, defende a docente da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Nova.

Para João Peças Lopes, professor

“ [Aposta no hidrogénio é] subsidiar investimentos megalómanos em tecnologias imaturas

Clemente Pedro Nunes
Professor catedrático do IST



DANIEL ROCHA



KIM HONG/REUTERS

tos para o hidrogénio

catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), não restam dúvidas de que o hidrogénio produzido a partir de electricidade renovável é complementar à própria “electricidade verde” na missão de despoluir a economia.

É uma solução em sectores industriais que envolvem a utilização do calor e onde a electrificação dos consumos seria demasiado cara (como as indústrias do vidro, cerâmica, cimentos e aço), ou nos transportes de longa distância, quando “a ferrovia não é alternativa”, exemplifica.

“Como em todas as situações deste

tipo”, a tecnologia “necessita de apoios ao investimento para arrancar”, diz o professor da FEUP, sublinhando que “é necessário ter algum arrojado em termos de políticas públicas” quando há “oportunidade de apanhar o comboio da inovação, que dará resultados tangíveis mais à frente”. Para o também director do INESC TEC (a quem o Governo encomendou um estudo sobre as futuras concessões de distribuição eléctrica), é certo que o hidrogénio pode contribuir para “a sustentabilidade económica e ambiental” do país. Tem “elevado potencial de geração de empre-

go directo e indirecto, qualificado” (na produção e produção de equipamentos) e vai gerar riqueza com o aumento da capacidade exportadora em bens e serviços, garante.

Sobre o impacto na criação de emprego, Júlia Seixas nota que “a produção centralizada de qualquer forma de energia pode gerar riqueza, mas normalmente não é geradora de muitos empregos, devido à automação”. A primeira fase de produção do “hidrogénio verde” é a produção centralizada, mas a docente da UNL diz que “não é claro” qual será a evolução do modelo.

Projectos “megalómanos”

Demétrio Alves, especialista em Planeamento e Ordenamento do Território, que publicou recentemente uma análise à estratégia do Governo para o hidrogénio, refere que este vector energético “só daqui a muitos anos poderá, talvez, constituir alternativa segura e economicamente interessante” face ao gás natural e outros combustíveis primários.

O facto de estar previsto atribuir “subsídios e esquemas de financiamento especiais a grandes consórcios energéticos” irá consumir “significativos recursos públicos portugueses e europeus que serão desviados de outros objectivos vitais para o desenvolvimento sustentável, reactivação económica e coesão”, refere.

O ex-autarca da Câmara de Loures, eleito pela CDU, nota também que “as quantidades de electricidade e de água necessárias para gerar hidrogénio terão grandes impactos nos recursos naturais, designadamente nos minerais, no solo e nas fontes de

água”. Por isso sustenta que “querer escalar [o plano nacional de hidrogénio] a um patamar exportador torna a ideia perigosa de tão insustentável”.

Apesar de o Governo garantir que os apoios aos produtores não terão impacto nas tarifas dos consumidores de energia (haverá um redireccionamento de recursos usados para compensar custos do sistema eléctrico que desaparecerão no futuro), Demétrio Alves considera que se trata de “más notícias para os consumidores”, pois “aquilo que seria legítimo esperar seria o abaixamento dos preços [da electricidade]”.

Além disso, entende que é “utópica” a ideia de que vão proliferar empresas “produtoras de equipamentos e componentes destinados aos mercados interno e externos”, porque o país “difícilmente terá lugar de destaque nas cadeias de valor” no quadro competitivo europeu.

Para Clemente Pedro Nunes, “nesse momento apenas faz sentido”

“ O país dificilmente terá destaque nas cadeias de valor no quadro competitivo europeu

Demétrio Alves
Investigador

apoiar projectos de investigação. “Subsidiar investimentos megalómanos em tecnologias imaturas é repetir o enorme desastre que representou, e infelizmente continua a representar” a atribuição de tarifas garantidas para “promover a instalação de “6000 MW de potências intermitentes [eólica e solar]”, afirmou, referindo-se às renováveis apoiadas no Governo de José Sócrates.

O professor do Técnico, muito crítico em relação ao secretário de Estado da Energia, João Galamba (e também já criticado por este através das redes sociais), sublinha que o hidrogénio de base eletrolítica está ainda “muito longe de ser economicamente competitivo”, com um preço “quatro a seis vezes mais elevado” do que o produzido a partir do gás natural.

Nesta fase de desenvolvimento tecnológico não se cria “directamente qualquer valor económico”. Só quando houver evolução da tecnologia é que o hidrogénio “eventualmente poderá vir a gerar emprego e riqueza para o país”, vaticina.

Para já, Portugal deverá financiar com fundos europeus projectos de investigação que permitam acompanhar a evolução da tecnologia e “aproveitar atempadamente as oportunidades que ela vier a revelar”.

Clemente Pedro Nunes considera que a competitividade do país enquanto país exportador é questão que nem se coloca. “Nesta fase não há sequer condições e bases tecnológicas para fundamentar e analisar projectos economicamente viáveis nesta área”, diz. Os dados para realizar estas análises só serão “suficientes” a partir de 2030. Até lá, diz, “estaremos perante propostas de base apenas voluntarista, sem qualquer consistência económica, excepto se se utilizarem subsídios maciços a fundo perdido”, defende.

Essa estratégia “seria apenas uma pura destruição de recursos económicos que um país pobre e sobreendividado como o nosso não pode de todo repetir”, afirma.

Visão oposta à de João Peças Lopes, que acredita no potencial exportador. “Não vai ser o transporte marítimo que vai onerar significativamente os custos do produto final”, defende, acrescentando que o preço da electricidade será o factor “diferenciador” e “de sucesso”.

ana.brito@publico.pt